

**ENTREVISTA COM O PROFESSOR MARCELO VIRGINIO MELO<sup>1</sup>:** A questão da pobreza e os estudos apresentados pela última PNAD anual.

Entrevista realizada pelas Profas. Dras. Annova Miriam Ferreira Carneiro<sup>2</sup> e Cleonice Correia Araújo<sup>3</sup> com o Chefe da Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Maranhão, Prof. Mst. Marcelo Virgínio de Melo.

**Annova Miriam Ferreira Carneiro - A pobreza e a pobreza extrema, no Brasil, constituem-se em graves problemas do país com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste principalmente no meio rural. Estados como o Maranhão se destacam com o maior número de pobres no Nordeste e no Brasil. Como você analisa essa questão?**

**Marcelo Virgínio de Melo** - Realmente, a pobreza e a extrema pobreza são mazelas sociais persistentes na sociedade brasileira. Porém, vale ressaltar que, embora a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 tenha revelado uma redução nos rendimentos reais de todas as classes de ocupação, quando comparados a 2014, tal redução foi mais forte nas faixas de rendimentos mais elevados. E esta seria uma constatação pontual? Não. Os números também mostram uma tendência leve, mas persistente de redução das desigualdades de renda. O índice de Gini para o rendimento mensal da população brasileira era de 0,555 em 2004. Mais de uma década depois, esse número é de 0,491 em 2015.

Quanto às Regiões Norte e Nordeste e o Estado do Maranhão, embora tenham maior oscilação no Índice de Gini, possuem também tendência linear decrescente deste índice. Isto revela que a redução do quadro de desigualdade de renda no país está acontecendo. E não apenas nas regiões mais ricas.

Os valores citados para o referido índice são comparáveis aos de países em desenvolvimento, como Chile (0,521 em 2009) e México (0,517 em 2008), segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o que é um avanço, já que até o início da Década de 1990 estávamos rivalizando com os países mais pobres e desiguais do mundo, como os da África subsaariana.

Entretanto, o que ainda assusta é o percentual de pessoas com baixo rendimento. A PNAD 2015 mostrou que, no Brasil, cerca de 117 milhões de pessoas possuem algum rendimento até 1 salário mínimo, o que corresponde a 57,3% da nossa população. No Norte esse percentual chega a

---

<sup>1</sup> Marcelo Virgínio Melo é Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE. Professor da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). Chefe da Unidade Estadual do IBGE no Maranhão.

<sup>2</sup> Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

<sup>3</sup> Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA.

73,8% e no Nordeste 77,4%. No Maranhão a situação é ainda pior: 81,3% da população está dentro dessa faixa.

A PNAD 2015 também revela que 19 milhões de pessoas no Brasil (9,6% da população) está na situação de extrema pobreza (pessoas sem rendimento somadas às que recebem até ¼ de salário mínimo). Importante frisar que esse contingente, no final da década de 1990, era de aproximadamente 37 milhões de pessoas. Na Região Norte esse percentual é de 15,7%, no Nordeste 19,8%.

O Maranhão assusta. Quase um terço da população (27,5%) ou não possui rendimentos ou recebe até ¼ de salário mínimo. Tal percentual é quase três vezes maior que o do Brasil.

Os dados mostram que o desafio permanece na questão distributiva. Ainda temos, não importando o recorte geográfico, uma grande parcela da população com baixíssimos rendimentos. A reversão desse quadro é, a meu ver, o maior desafio da gestão pública para a próxima década.

**Cleonice Correia Araújo - A PNAD 2015 será a última pesquisa a ser realizada anualmente. Pesquisas realizadas posteriormente serão trimestrais. Como você analisa essa mudança, impactos e significados para o acompanhamento de questões ligadas ao desenvolvimento socioeconômico?**

**Marcelo Virgínio de Melo** - Na verdade, a PNAD anual e a PNAD Contínua estavam produzindo números paralelos desde o final de 2011. E a PNAD Contínua veio no sentido de ampliar sob as óticas temporal e espacial, os levantamentos demográficos feitos pelo IBGE. Ela substitui a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que era realizada apenas nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil e a PNAD, potencializando os resultados produzidos por ambas, já que a medição da desocupação é realizada trimestralmente para todos os Estados do Brasil, bem como para todas as regiões metropolitanas e capitais, permitindo a análise conjuntural do mercado de trabalho para todos os recortes geográficos citados.

Além disso, no curto prazo, a PNAD Contínua nos permitirá divulgar anualmente demais temas de caráter demográfico como migração, habitação, fecundidade, nupcialidade etc. Com isso, teremos todos os dados existentes na Pnad tradicional sendo divulgados pela pesquisa contínua, com maior precisão e capilarização dos resultados.

Esta guinada nas pesquisas domiciliares do IBGE está dentro do que chamamos de Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). Tal sistema tem como objetivos a otimização da produção de pesquisas amostrais domiciliares, a expansão da abrangência das pesquisas e a produção de mais estatísticas de conjuntura.

Neste sentido, o IBGE estará lançando nos próximos anos a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) Contínua. Assim, teremos também o monitoramento conjuntural de temas como

hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos da autopercepção da qualidade de vida e as características do perfil nutricional da população.

Percebe-se, portanto, que o IBGE está ampliando drasticamente as suas pesquisas domiciliares, dando à sociedade as ferramentas necessárias para o seu autoconhecimento e, também, permitindo ao brasileiro exercer sua cidadania, identificando os nossos problemas, nossos potenciais e as nossas perspectivas demográficas.